

'A crise evidencia o frankenstein jurídico e institucional do Estado'

Continuação da página 5

JU - *Até que ponto o desempenho econômico pode vir a salvar o governo do terremoto político que se iniciou no início de 2004, com o caso Waldomiro, esse agrava em 2005, com a CPI dos Correios e o episódio do "mensalão"? Quais são as perspectivas de que o governo suplante a crise pela via econômica?*

Márcio Percival Alves Pinto – É muito difícil pensar que esta confusão será superada por meio de expedientes econômicos. O que poderia salvar o governo é sua própria capacidade de dar respostas e sair do "corner" político. E isto está difícil. O governo Lula terá que se ver livre das forças conservadoras que o transformaram em refém, mesmo no governo de coalizão. Desde o começo estava claro que isto iria acontecer. A economia já vinha desacelerando antes de acontecer essa crise. Os investimentos vêm caindo desde o final do ano passado: o PIB do primeiro trimestre praticamente estancou, não cresceu praticamente nada. O mesmo ocorre com a renda interna e com os gastos do governo.

Márcio Pochmann – Essa crise que é apresentada como sendo de natureza política é resultado muito mais de um contínuo do que de uma ruptura. A política econômica também é, de certa forma, uma marca do contínuo. Eu estava trabalhando com a hipótese de o governo Lula pelo menos procurar construir um ciclo político a partir do desempenho da economia nacional. Nós tivemos no primeiro ano, em 2003, um desempenho muito desfavorável da economia, 0,5% de expansão, numa situação difícil de enfrentamento da inflação, e tivemos um segundo ano [2004] relativamente positivo no que diz respeito à expansão da atividade econômica e de controle da inflação. Essa expansão da atividade econômica não se deu sustentada por aumento dos investimentos, o que nos permite observar que dificilmente haveria fôlego para manter o crescimento continuado sem a ampliação dos investimentos.

Aliás, grande parte dos investimentos, sobretudo no setor público, segue estrangida pela política orçamentária de geração de superávit fiscal. Por conta disso, há uma série de medidas, entre elas a elevação dos juros reais desde o segundo semestre do ano passado, objetivando o desaceleração da economia em 2005. Penso que o presidente e o seu ministro da Fazenda procuravam acertar uma expansão econômica mais tímida em 2005 e assim, ter mais fôlego para a expansão em pleno ano eleitoral de 2006. Isso se chama ciclo político da economia, ou seja, você força um giro na economia tentando produzir, num ano eleitoral, um cenário econômico mais favorável, tendo que passar, no entanto, por uma desaceleração em 2005. Com a atual crise política, o ciclo da economia pode ficar comprometido, assim como o próprio resultado eleitoral de 2006.

Isso porque, de certa maneira, as alianças políticas que estamos em jogo para o ano que vem, visando a reeleição do presidente Lula, tendem a se contaminar com o ambiente mais geral de descrédito do governo.

Roberto Romano – Digamos as coisas com a metáfora mais antiga da cultura ocidental para discutir o Estado. Não sou bom em figuras retóricas, o presidente da República é mais competente do que eu em semelhante arte. A política econômica é a âncora que permitiu alguma segurança ao governo. Mas aquele mecanismo entra no funcionamento total do navio, é eficaz se a embarcação não possui fraturas no casco, se os motores operam corretamente, se os maremotos não surgirem. E, sobretudo, se o capitão for prudente o bastante para manipular os lastros, equilibrar os pesos. No caso brasileiro,

ro, a política social deveria ser equilibrada com a econômica e vice-versa. Mas a política social do governo mostra-se incompetente, movida apenas por slogans e propaganda, donde o desequilíbrio do navio. Nessas condições, a âncora pode ser um bom instrumento, insuficiente para salvar o navio.

JU - *Na sua avaliação, qual a real dimensão da crise política enfrentada pelo governo e que impacto pode vir a ter no grau de confiança popular? Quais os cenários possíveis no que diz respeito ao comportamento do eleitorado nas próximas eleições presidenciais?*

Márcio Percival Alves Pinto – O governo Fernando Henrique começou com a crise do Sivam, depois se seguiram outras, entre as quais as denúncias de compra de votos, a escuta telefônica, além das suspeitas que recaíram sobre os processos de algumas privatizações. Sem dizer que, em 1998, a economia brasileira estava literalmente quebrada, tanto que o FMI teve de entrar com 40 bilhões de dólares. E, no entanto, Fernando Henrique foi reeleito no primeiro turno. Precisamos, na nossa análise, fugir do imediatismo. Seguramente, ela vai ter um grau de interferência na confiança popular muito grande, mas ninguém sabe quanto.

Márcio Pochmann – Para o Brasil, que tem 505 anos de história, mas menos de 50 anos de regime democrático, a situação atual leva alguns a pensar que a democracia estaria em xeque. Não acredito que isso seja uma verdade. O Brasil tem dado demonstrações, nesses últimos 20 anos, de ter capacidade de conviver com crises até mais amplas. A minha expectativa é de que o que estamos vivendo hoje possa resultar em algo superior, ou seja, uma profunda reforma política com alteração da política econômica, o que é algo fundamental para completar a transição democrática que segue estagnada desde a conciliação das elites em 1984. É, de uma certa maneira, um aprendizado com o qual as democracias precisam aprender a conviver.

O problema é que a política foi sendo transformada quase que num mercado. Nesse sentido há sinais de uma quase ditadura do mercado contaminando a base dos partidos políticos. Antes, o princípio orientador dos partidos políticos era basicamente a formação de comitês e de apoio popular. Mas isso foi se perdendo. Entra um novo padrão de financiamento que está hoje muito vinculado à dinâmica econômica, à dinâmica do mercado. Agora, na minha opinião, mesmo uma reforma política não é garantidora de uma democracia plena sustentada pelo pressuposto de que o êxito da democracia está condicionado a resultados econômicos e sociais que permitam alterar, ou pelo menos melhorar, as condições de vida dos segmentos populacionais mais simples. Estamos há quase três décadas sem crescimento econômico sustentado e amargando uma grave crise social. Temos problemas sérios de emprego, violência e de exclusão social, todos até agora sem resolução.

Roberto Romano – A crise evidencia o frankenstein jurídico e institucional do Estado brasileiro. A federação dos Estados é fictícia e os municípios não possuem autonomia efetiva, sobretudo no relativo ao retorno dos impostos. Desde o século 19 (a super-concentração do poder nacional foi herdada e mantida pela República, a partir do Império) os municípios brasileiros vivem longe do poder central e muito perto da bancarrota. Como não recebem a sua parte dos impostos em tempo certo e com justiça, os prefeitos e câmaras de vereadores dependem, para obter recursos, da intermediação dos deputados federais e dos senadores. Essa prática que se tornou habitual também "edu-



José Dirceu, um dia antes de deixar o cargo de ministro-chefe da Casa Civil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Planejamento, Antonio Palocci Filho: para analistas, os últimos episódios deixaram o governo fragilizado

ou" os eleitorados regionais e municipais, que enxergam com bons olhos apenas os parlamentares que trazem recursos e obras para as cidades. O custo desse "resgate" das verbas (especialmente no caso do Orçamento) surge no famoso "é dando que se recebe" com as alianças entre as oligarquias (os parlamentares unem-se a setores da sociedade civil e dos mercados regionais para conseguir mais força) e os governos. Se não forem modificadas essas práticas, pode-se fazer tudo, mas uma das causas maiores da corrupção estará operando. O desfecho da crise atual depende da prudência do governo e da oposição. Se as CPIs seguirem com lisura o contorno dos fatos e o poder executivo não tentar eludir os seus pressupostos e resultados, as tempestades serão vencidas, pelo menos por algum tempo. Se o governo insistir em abafar a busca dos fatos e se a oposição titubear, teremos novos escândalos e mais descrença para 2006. O risco é não termos ninguém, da oposição ou do governo, para garantir a sucessão presidencial. Somos muito pobres em estadistas, ricos em vivandeiros políticos. A fé pública piora entre nós. Combater a descrença da cidadania exige apurações íntimas e responsáveis, sem truques ou propaganda enganosa.

JU - *O presidente Lula assumiu ancorado em um discurso cujo eixo era a mudança e a ética, esta última propaganda do PT como sendo um emblema do partido ao longo de sua história. Se o governo e seu partido majoritário efetivamente perderem esse patrimônio, o que pode aconte-*

cer com a parte da sociedade que acredita na possibilidade de mudança? Como a história se comporta em situações como esta?

Márcio Percival Alves Pinto – O governo Lula foi eleito para promover mudanças, mas na verdade acabou adotando uma agenda que não era dele. Tratava-se de uma agenda do governo anterior, que estava localizada pelo Banco Mundial para vários países latino-americanos. Eram as chamadas reformas estruturais de primeira e segunda geração: reforma da previdência, reforma sindical, reforma trabalhista, reforma tributária, autonomia ao Banco Central, lei das falências, políticas sociais focalizadas e até da reforma universitária. Esse conjunto de reformas, de primeira e segunda geração, já constava acordado assinado entre o Brasil e o FMI em 1998.

A agenda do Banco Mundial, portanto, entra no Brasil e em outros países da periferia em 1998. Quando Lula foi eleito em 2002, ele passa a incorporar essa agenda, talvez para sinalizar à comunidade financeira internacional que o seu governo poderia ter credibilidade. Esta mudança da agenda terá provavelmente um custo alto para o governo Lula. Isto não foi isolado. Se tomarmos como exemplos outros países latino-americanos e alguns europeus, observamos que muitos deles abandonaram sua agenda socialista ou social democrata e adotaram uma pauta mais conservadora.

Isto já está tendo resultado em vários países – tanto na periferia quanto na Europa, a impaciência da população vem se manifestando de forma

clara. O PSDB sentiu isso em 2002. O próximo ano será decisivo para o destino da América Latina na medida que ocorrerão eleições nos principais países. E com certeza os descontentamentos com esta agenda conservadora se manifestarão. Aqui no Brasil além dos problemas relacionados a esta agenda temos também a possibilidade de continuidade dos fatos que estão acontecendo no Congresso com respeito à ética. A situação do governo Lula complicou muito. Vai depender, daqui para frente, de como ele vai se posicionar. Não podemos, porém, ter ilusão. Há uma blindagem promovida pela mídia e pela elite sobre a política econômica e ao mesmo tempo uma tentativa de desconstrução do prestígio de Lula. Neste sentido ele foi colocado numa posição extremamente defensiva. Daqui para o final do mandato vamos ver um governo fragilizado, a menos que mude sua estratégia política e seu prestígio continue alto nos piscinões eleitorais.

Márcio Pochmann – Precisamos levar em consideração em que medida o que está sendo denunciado é passível, de fato, de ser comprovado. Se formos observar os períodos democráticos, em várias oportunidades, denúncias realizadas eram inconsistentes com a verdade. Basta ver a história do governo Getúlio Vargas, que resultou inclusive no seu próprio suicídio. Tivemos situações similares no governo Juscelino Kubitschek. O fato de haver denúncias não é necessariamente verdade, é preciso apurar. Agora, é claro que o PT, independente dos resultados da apuração, vai

sair de certa maneira com sua credibilidade comprometida. Isso terá repercussões, mas nada que impeça a formação de um novo ciclo de políticos dentro do PT. Não acho que seja algo suficiente para inviabilizá-lo enquanto partido, considerando que a democracia se mantém no país. Democracia também significa alternância de poder.

Márcio Pochmann – O governo, na verdade, não teve apoio pleno da mídia. Terminou sendo suportado, sobretudo pela política econômica de continuidade. Há, na realidade, um certo preconceito que vem desde a formação do próprio PT. A mídia acabou suportando o governo Lula por que ele não se caracterizou como governo de rompimento. De certa maneira, o que nós estamos vendo também é resultado das alianças alargadas que o governo optou por fazer, inclusive para garantir uma parte de sustentação política numa base podre. Por isso, terminou por perder parcela do apoio que tinha dos movimentos sociais que sempre foram uma marca do PT. O que nós estamos vendo agora é que justamente esse denuncismo, até o momento sem comprovação plena, e que termina afirmando com críticas mais virulentas canalizadas pelos meios de comunicação. A impressão que eu tenho é que a mídia nunca apoiou o PT. Fernando Henrique, por exemplo, tinha uma base ampla de apoio na mídia. Mas isso não foi suficiente para lhe garantir sustentação popular prolongada.

Roberto Romano – Não. Ele continua a ser investigado pela imprensa. E não cabe também a hipótese de "conspiração das elites". A Febraban está satisfeita com o governo, idem o

Foto: Joedson Alves/Agência Estado/AE

ria uma situação de profunda perda de credibilidade do presidente Lula. Talvez seja a possibilidade mais real. Mas nós podemos ter também uma mudança de percurso. Ao observar o esvaziamento de sua base de sustentação no Legislativo, Lula pode optar por uma recuperação e pela valorização da sustentação do ponto de vista popular. Gosto muito da experiência do governo JK. Quando foi eleito, ele não tinha maioria no Congresso, tinha apresentado uma pauta conservadora de estabilidade monetária, além de ter pela frente um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Entretanto, Juscelino não só praticamente legitimou tudo isso como construiu sua maioria política em torno de um projeto nacional – crescimento, 50 anos em 5 etc. Ou seja, ele construiu sua base política em cima do apoio popular. A despeito de isso ser mais complicado para Lula, que é uma grande liderança popular que foi construída em tempos muito mais difíceis ao final do regime militar, termine o seu governo basicamente frustrado e sem a tentativa de ver construída sua base por intermédio do apoio popular. Este poderia ser um segundo cenário, que gostaria que se realizasse.

Roberto Romano – A governabilidade tem como pressuposto a obediência, pela cidadania, das leis elaboradas no Parlamento e destinadas à execução pelo governo. Se os contribuintes não podem confiar na abrangência universal das referidas leis, se páira no ar a suspeita de que os ordenamentos legais respondem a interesses não confessáveis, some a governabilidade. No caso, existe a acusação, bem fundamentada, de que o partido principal do governo paga parlamentares para aprovar leis, o que é uma fraude contra o voto do eleitor e possível acobertamento de interesses menores sob a forma legal. O sistema inteiro perde legitimidade, a essencial "accountability" trazida pelas revoluções democráticas da modernidade.

Bismarck dizia que duas coisas o cidadão ignora porque, caso contrário, jamais aceitaria: o modo pelo qual são produzidas as salsichas e as leis. Ele usa a figura médica antiga que une o poder político ao "regime". As leis alimentam o corpo político e devem ser controladas pela higiene pública. Esta última, em nosso caso, encontra-se na ética e no decoro parlamentar. Bismarck foi o realista contrário à democracia. Asegurou o seu exemplo, no entanto, as nossas salsichas e as nossas leis não passarão nunca pelo controle das secretarias de abastecimento. Elas estão com o prazo vencido, apodreceram.

JU - *Qual a importância de uma reforma política nesse cenário?*

Márcio Percival Alves Pinto – A reforma política deveria ser realizada no começo do governo. Se isto ocorresse, possivelmente nada disto estaria ocorrendo hoje.

Márcio Pochmann – A reforma política era uma das bases necessárias da transição da ditadura para a democracia. Isso não foi feito, vem sendo postergado. Agora, não significa dizer que uma reforma política evite novas crises. Olhando experiências internacionais, de países mais organizados institucionalmente, inclusive no que diz respeito ao financiamento de campanha, vemos que muitos deles têm problemas, guardada a devida proporção, como os do Brasil. Acho que a questão mais importante, que deve ser complementar à reforma política, é um novo horizonte para a política econômica. Essa política econômica não abre uma perspectiva de constituição de uma maioria com grande apoio popular. É preciso ter um projeto nacional de desenvolvimento. É preciso ter algo em torno dessa perspectiva de o país voltar a se transformar, além de criar uma nova rota de expansão econômica com a redução das desigualdades sociais. É a política econômica que nós temos tido ao longo do

tempo, que não se altera com o governo Lula, não oferece essa alternativa. Roberto Romano – A reforma política não pode ser apenas um subterfúgio a mais para escapar das investigações. Duda Mendonça não pode ser usado para eludir os fatos. Reformas como essa, para serem eficazes, precisam de tempo e de competência legítima. Elas são deveres de todos os setores do país, inclusive da universidade e da imprensa. JU - *Faltando pouco mais de um ano para as próximas eleições presidenciais, o senhor acredita que o atual governo terá tempo suficiente para reverter o quadro desfavorável?*

Márcio Percival Alves Pinto – Aparentemente, o estrago político nos dias de hoje, eu não acredito que o Lula, que é uma grande liderança popular que foi construída em tempos muito mais difíceis ao final do regime militar, termine o seu governo basicamente frustrado e sem a tentativa de ver construída sua base por intermédio do apoio popular. Este poderia ser um segundo cenário, que gostaria que se realizasse.

Márcio Pochmann – Fatos que vão tensionando e fragilizando o governo federal podem inclusive constriangê-lo e deixá-lo sem maiores realizações. O governo Lula, a despeito das dificuldades, vinha apresentando resultados que apontavam para uma perspectiva de vitória eleitoral. Eu acho que isso fica mais difícil, mas não impossível. É importante chamar a atenção para o fato de o PT, apesar de tudo, ser o partido mais organizado que temos no Brasil. A mídia, por maior que seja a sua ação, não é suficiente no meu modo de ver para constrianger totalmente a base de apoio, sobretudo da população mais pobre, que é o que o governo Lula construiu ao longo do tempo. É claro que os formadores de opinião talvez não ofereçam mais a mesma confiança que tinham no passado, mas há ainda um ano pela frente, há muito a se fazer, além de o governo contar com recursos e uma agenda de programas a ser completado.

Roberto Romano – Acredito. A popularidade do presidente ainda é um fato. O governo vai mal na apreciação popular. Mas é possível mudar o cenário sombrio: sejam afastados os ministros suspeitos de comportamento não ético e corrigida a política social. Que também seja reorientado o diálogo entre governo e movimentos da sociedade e melhor atendidos os industriais e o comércio, no relativo ao desenvolvimento. Se for atenuado o populismo e se for evitada a propaganda enganosa ao estilo Duda Mendonça e se, melhor ainda, o governo não desrespeitar a inteligência da cidadania, é possível renovar o mandato presidencial. Se ocorrer algo assim, teremos quatro anos para definir as reformas políticas almejadas e o governo prestará um serviço ético relevante. Caso oposto, assistiremos mais um período de escândalos e agonia que trazem o descrédito para o Estado democrático. Tal é a tragédia sempre em cartaz no teatro Brasil. O respeitável público mostra sinais de cansaço. Cuidem-se os artistas no palco. Na peça política, as vaías aos canastrões são acompanhadas de algo mais sério do que tomates e gritos.